

**Estado nacional e a economia de mercado:  
O padrão político-econômico vencedor na origem do sistema capitalista<sup>1</sup>**

**Rômulo André Lima<sup>2</sup>**

**Submetido às Sessões Ordinárias.**

**Área: História Econômica e Economia Brasileira**

**Subárea: História Econômica Geral**

*Resumo*

O tema do surgimento do Estado está muitas vezes associado (ainda que com diferentes ênfases, dependendo do autor) ao tema do surgimento do capitalismo. De “principal indutor” a “condição necessária” ao capitalismo, o Estado nacional centralizado ocupa papel relevante na compreensão do sistema político-econômico que passou a predominar a partir da Era Moderna. O objetivo deste trabalho é associar a emergência do Estado nacional como padrão político dominante à emergência da economia de mercado capitalista como a forma mais eficiente para a concentração de poder e extração de riqueza. Serão expostas duas perspectivas sobre o assunto. Uma delas está alinhada com o pensamento marxista. A outra, influenciada por idéias weberianas sobre a competição interestatal.

*Abstract*

The debate about the origins of the state is many times associated (despite different emphasis, depending on the author) to the question of the origins of the capitalism. As the “main indutor” to or, alternatively, as a “necessary condition” for the transition to capitalism, the centralized national state occupies an important place in the comprehension of the prevailing political-economic system since the modern period. The objective of this paper is to associate the arising of the national state as a dominant kind of political organization to the emerging of the capitalist market economy as the most efficient way to concentrate power and extract economic wealth. Two points of views will be presented about the subject. One of them is aligned with the marxist thinking. The other, influenced by weberian ideas of international competition.

---

<sup>1</sup> Trabalho submetido ao XIV Encontro Nacional de Economia Política (ENEP) promovido pela Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP).

<sup>2</sup> Mestrando em Economia na Universidade Federal Fluminense (UFF).

# Estado nacional e a economia de mercado:

## O padrão político-econômico vencedor na origem do sistema capitalista

Rômulo André Lima

### ***Introdução***

Em *Coerção, capital e estados europeus* (1996), Charles Tilly estuda a formação dos Estados europeus e propõe uma interpretação sobre o processo que culminou na consolidação do Estado nacional moderno como padrão dominante entre os tipos de unidades políticas do continente. Um dos principais argumentos desenvolvidos ao longo do livro defende que os Estados europeus percorreram trajetórias muito distintas até que, através da disputa bélica, o padrão do Estado nacional se impôs sobre as demais alternativas de organização do poder político. Nessa trajetória, outras formas de Estado (como as federações, as cidades-Estados e os grandes impérios territoriais) se mostraram menos eficientes na disputa interestatal pelo poder.

Observa-se que o tema do surgimento do Estado está muitas vezes associado (ainda que com diferentes ênfases, dependendo do autor) ao tema do surgimento do capitalismo. De “principal indutor” a “condição necessária” ao capitalismo, o Estado nacional centralizado ocupa papel relevante na compreensão do sistema político-econômico que passou a predominar a partir da Era Moderna. O objetivo deste trabalho é associar a emergência do Estado nacional como padrão político dominante à emergência da economia de mercado capitalista de acordo com duas perspectivas teóricas. Uma delas está alinhada com pensamento marxista sobre a importância determinante das relações sociais entre as classes. A outra, influenciada por idéias weberianas sobre a competição interestatal.

A proposta é, portanto, partir da tese de Tilly a respeito da superioridade bélica do Estado nacional sobre os demais tipos de Estados e discuti-la em face do desenvolvimento das relações de produção capitalistas, de modo a apresentar argumentos das duas escolas sobre a complementaridade das esferas política e econômica na formação do capitalismo. Em outras palavras, procuramos demonstrar a associação entre o Estado nacional e o modo de produção capitalista como padrão político-econômico mais vantajoso na disputa entre as nações européias no início do sistema capitalista. Se o Estado nacional foi o modelo

político que prevaleceu, como defende Tilly, argumentamos que ele não venceu sozinho, mas em íntima associação com o modo de produção e extração de riquezas especificamente capitalista. A vantagem competitiva do Estado nacional capitalista impôs os termos de concorrência às demais nações, que buscaram consolidar o mesmo padrão para garantir a sobrevivência e aprimorar seu poder de dominação (política e econômica).

### ***O argumento de Tilly***

Antes de expor a argumentação de Tilly, faz-se necessário explicitar suas definições de Estado e Estado nacional. Para o propósito de seu argumento, o autor considera os Estados como “organizações que aplicam coerção, distintas das famílias (...) e que em alguns aspectos exercem prioridade manifesta sobre todas as outras organizações dentro de extensos territórios” (1996: 46). Os Estados nacionais, por sua vez, são “aqueles que governam múltiplas regiões adjacentes e as suas cidades por intermédio de estruturas centralizadas, diferenciadas e autônomas” (idem: 47). Neste trabalho, assumiremos essas definições de caráter organizacional, já que não é objetivo promover uma discussão ampla sobre o tema.

Tilly defende que as guerras e a preparação para elas foram o centro dinâmico da concentração de poder sobre territórios e populações durante a formação dos Estados. Nas palavras do autor, “muito mais do que as outras atividades, a guerra e a preparação para a guerra produziram os principais componentes dos Estados europeus” (idem: 78). O nível de extração de excedentes da população dominada era condição do sucesso militar. As estratégias mais eficientes de extração do tributo e de formação de contingentes de soldados resultaram em máquinas de guerra mais poderosas que, uma vez vencedoras, impuseram seu padrão de organização às demais áreas do continente. Tilly ressalta que a conformação de classes no interior de cada região determinou a forma e o sucesso com que essa extração foi realizada, o que se refletiu no tipo de Estado que se consolidou nas diferentes localidades.

No modelo analítico de Tilly, cada região européia tinha concentrações diferentes de capital e de poderes coercitivos. “Combinações diferentes de capital e coerção produziram tipos muito distintos de Estado” (Tilly, 1996, p. 64) A distribuição diferenciada desses dois fatores entre os países europeus significou diferentes formas de Estado, mas a disputa

interestatal por meio da guerra fez prevalecer sobre as demais formas a combinação própria do Estado nacional.

As trajetórias de desenvolvimento dos Estados com grandes áreas agrícolas dependiam da extração extra-econômica de tributos para sustentar a defesa dos territórios. O uso intensivo da coerção com baixos níveis de capitalização caracterizaram os grandes impérios territoriais com decisões políticas bastante centralizadas. Foi o caso da Rússia, por exemplo, que precisou construir estruturas maciças de extração de tributos da população para garantir os recursos de guerra.

Regiões em que os centros urbanos prosperavam pelo comércio conformaram outra estratégia na extração de excedentes por parte dos soberanos. Os tributos pagos pela classe comerciante determinaram outro tipo de relação com os senhores da guerra. Nesses casos, o levantamento de meios para a defesa não exigia tanto da coerção extra-econômica quanto da tributação sobre os lucros comerciais, mas a abundância relativa de capital e a negociação entre os soberanos e os donos do dinheiro dificultaram a centralização política em torno de um Estado forte. Os comerciantes financiavam o Estado, mas não sem impor condições aos líderes políticos. Foi o que aconteceu nas cidades-estados italianas, ricas em capital, mas com dificuldades para manter exércitos regulares entre o reduzido contingente populacional dividido pela fragmentação de poderes nos diminutos territórios. A extração dos meios de guerra junto aos comerciantes permitiu que seus senhores fizessem a guerra sem construir vastas estruturas de Estado, como no caso dos impérios extorquidores de tributos. “A não acumulação de poder na forma de território e população pode ser uma das causas do porquê de a concentração de poder e riqueza, no caso das cidades-estados italianas, não levar à formação de Estados e economias nacionais” (Fiori, 2007: 19) <sup>3</sup>.

Tilly defende que os Estados que combinaram proporções equilibradas de capital e coerção foram vitoriosos e impuseram, pelas derrotas impingidas aos Estados mais fracos, seu padrão de dominação política. Foi o que aconteceu com a Inglaterra e França, segundo

---

<sup>3</sup> A idéia de que em algumas regiões houve uma “transição falha” para o modo de produção capitalista sugere que a resposta para o surgimento do capitalismo deve ser procurada na *ausência* de entraves à livre expansão do comércio e ao crescimento da autonomia das cidades, cuja consequência imediata seria o florescimento do capitalismo. Dessa forma, discute-se a questão da origem do capitalismo pela *ausência* de fatores contrários ao seu sucesso, em vez de encaminhar o assunto pela *presença* de relações sociais particulares que permitiram uma mudança qualitativa nas relações de propriedade e o surgimento dos novos imperativos capitalistas. Esse assunto é abordado na seção sobre a excepcionalidade histórica do capitalismo e discutido em profundidade em Wood (2001), capítulo 1.

o autor. A concorrência entre os Estados levou todos eles, por distintas trajetórias, ao Estado nacional moderno. Como argumenta o Tilly:

A longa sobrevivência e coexistência dos três tipos de estados [cidades-estados, impérios territoriais e Estados nacionais] nega qualquer idéia de que a formação do estado europeu constituiu um processo isolado e unilinear, ou de que o Estado nacional – que na verdade acabou prevalecendo – é uma forma de governo inerentemente superior (1996: 69).

Tilly rejeita a explicação teleológica do surgimento do Estado nacional como se a evolução natural da organização política da humanidade rumasse para uma forma-ideal, a forma Estado como conhecemos hoje. Argumentamos que o capitalismo, modo de produção que acabou prevalecendo, também não é fruto de um processo unilinear e seu sucesso como forma de exploração econômica está de alguma forma associado ao sucesso da forma de dominação política. “O feudalismo na Europa, mesmo na Europa Ocidental, era internamente variado e produziu diversos resultados diferentes, apenas um dos quais foi o capitalismo” (Wood, 2001: 75). Outros Estados nacionais, que seguiam trajetórias distintas da economia de mercado, acabaram desembocando no capitalismo somente em razão das pressões competitivas que o primeiro sistema capitalista conseguiu impor aos rivais políticos, militares e comerciais<sup>4</sup>. Daí em diante, todas as nações ficaram sujeitas a um sistema capitalista maior e cada vez mais internacional, sem deixar, no entanto, de contar com o apoio dos Estados nacionais.

### ***Coerção e capital ou capital e coerção?***

Não é objetivo deste trabalho discorrer sobre a precedência do econômico sobre o político ou vice-versa. Antes, deseja-se relacionar as duas instâncias numa interpretação teórica que combine poder de Estado e capitalismo como formação social que prevaleceu com o amadurecimento do sistema capitalista e no decorrer da disputa entre as nações. Com isso, pretende-se demonstrar que o desenvolvimento do capitalismo ocorreu juntamente à consolidação do poder do Estado nacional e que, a despeito da retórica liberal, essa relação

---

<sup>4</sup> É o caso da França, por exemplo. O Estado absolutista francês, resultado da modificação das relações feudais naquele país, não implicou naturalmente o surgimento do capitalismo. Ver Wood (2001).

evidencia a centralidade das questões políticas e históricas para compreender o desenvolvimento econômico capitalista.

Portanto, se quisermos entender o desenvolvimento sem precedentes do capitalismo, teremos de entender como as relações de propriedade e de classe, bem como as funções de apropriação e de distribuição de excedentes, separam-se – apesar de continuarem a se servir delas – das instituições coercitivas que constituem o Estado, e continuam a se desenvolver autonomamente (Wood, 2003: 38).

Marx percebe o ponto de partida do capitalismo no processo histórico que separou o produtor dos meios de produção, “um processo de luta de classes e de intervenção coercitiva do Estado em favor da classe expropriadora” (Wood, 2003: 28). Marx, ao tratar a economia, assim como a esfera política, como um conjunto de relações sociais, sugere que “o segredo último da produção capitalista é *político*” (Wood, *idem*). Não que a materialidade e a precedência ontológica sejam descartadas do trabalho na reprodução social, mas no sentido de que as relações de produção necessitam se consubstanciar em relações sociais políticas que autorizem o processo de extração de excedentes dentro de uma legalidade específica. O “segredo”, portanto, está na disposição de poder entre o capitalista e o trabalhador e na organização política que avaliza a expropriação do produtor direto, separando-o dos meios de produção e forçando-o a transformar a força de trabalho em mercadoria.

O mecanismo da mais-valia opera graças a uma configuração particular de poder em que o Estado, “em particular o caso em que o Estado se desenvolvia como um competidor com características de classe disputando com os senhores a mais-valia dos camponeses” (Brenner *apud* Wood, 2003: 33), sanciona a exploração (econômica ou extra-econômica), entre outras coisas, em razão de se tornar, também ele, um apropriador de excedentes. Excedentes que lhe permitem controlar as populações e territórios, por meio da guerra ou da ameaça de guerra. “Na história real, como se sabe, a conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência desempenham o papel principal” (Marx, [1867] 1984: 261-262). Em outras palavras, a coerção do Estado foi necessária para impor e validar a coerção do mercado.

O argumento de Tilly sobre o papel das classes na organização política do Estado nacional pode ser aplicado para as relações sociais que deram origem ao modo de produção

capitalista. A relação entre apropriadores e produtores de excedentes se baseia na força relativa das classes e isso é determinado por forças políticas no tabuleiro da luta de classes. “A organização das principais classes sociais dentro do território de um Estado e suas relações com o Estado influenciaram consideravelmente as estratégias que os governantes empregaram para extrair recursos (...) e a eficiência na extração dos recursos” (Tilly, 1996: 77). Evidencia-se que a organização política tem participação importante na construção das relações produtivas e que as instituições políticas, como o Estado, entram diretamente na constituição das relações de produção e são de certa forma anteriores a elas, porque as relações de produção são historicamente constituídas pela configuração de poder que determina o resultado da luta política. (Wood, 2003: 34). Em outras palavras, a forma predominante de extração do excedente econômico depende do jogo de poder entre as classes, ou seja, depende da estratégia adotada pelos soberanos e da capacidade de resistência dos produtores diretos. O caráter exclusivamente econômico da exploração capitalista (que, na aparência, repudia os meios extra-econômicos de exploração) precisou de uma estrutura política que permitisse separar os produtores diretos dos meios de produção e fazer do mercado o principal mediador da reprodução social.

O capitalismo se diferencia dos sistemas anteriores porque eles se caracterizavam por meios extra-econômicos de apropriação do excedente. No capitalismo, a necessidade puramente econômica oferece a compulsão que força o trabalhador a transferir sua mais-valia para o capitalista a fim de ter acesso aos meios de produção e às condições de sua própria subsistência. O capitalismo é o modo de produção em que ocorre a separação clara entre o momento da coerção e o momento da apropriação. Nesse sentido, o Estado tem sido fundamental para a expropriação capitalista, seja intermediando a disputa interna entre as classes, seja em sua própria busca de legitimação e hegemonia com relação aos demais Estados.

Esse é o significado da divisão do trabalho em que os dois momentos da exploração capitalista – apropriação e coação – são alocados separadamente à classe apropriadora privada e a uma instituição coercitiva pública, o Estado: de um lado o Estado ‘relativamente autônomo’ tem o monopólio da força coercitiva; do outro, essa força sustenta o poder ‘econômico’ (Wood, 2003: 36).

Nas seções seguintes, duas perspectivas sobre a associação entre Estado nacional e capitalismo serão abordadas. A primeira é a concepção marxista do surgimento do capitalismo. Nela, o Estado nacional centralizado foi uma condição necessária para a consolidação das transformações econômicas e políticas que tiveram origem em uma região determinada no tempo e no espaço. Outras condições também foram necessárias para a generalização do novo modo de produção, como a existência de uma rede de comércio em que já se trocassem produtos, ainda que esse não fosse o padrão dominante de sociabilidade. A segunda perspectiva, influenciada pelas concepções weberianas da competição interestatal, sugere que o Estado nacional foi o principal indutor das mudanças que constituíram o novo sistema capitalista. A disputa pelo poder esteve na raiz das transformações que fizeram da necessidade da guerra um incentivo à necessidade do lucro.

### ***A excepcionalidade histórica do Estado nacional e do capitalismo***

O esforço teórico desta seção nos leva a considerar o Estado nacional como uma condição necessária (mas não suficiente) para o surgimento de um mercado interno e como uma entidade cuja influência política e coercitiva nasceu da luta de classes e tornou-se determinante na dinâmica social que engendrou o novo modo de produção e exploração capitalista. Entidade essa que assume o caráter de classe pelo simples fato de existir e se apropriar do excedente na forma de tributo, mas também por se expressar numa forma que lhe confere uma autonomia relativa em relação à disputa econômica entre produtores diretos e apropriadores.

Não é preciso aceitar em todas as dimensões a lógica capital-coerção de Tilly para compreender que o Estado nacional e o capitalismo se desenvolveram a partir de relações materiais determinadas historicamente pelas sociedades européias. Isso significa que o capitalismo e o Estado nacional não são o fim para onde tende toda trajetória político-econômica e que seus elementos não estavam presentes na sociedade até que as condições históricas engendraram seu aparecimento. A emergência dos complexos sociais acompanha a evolução das formas de reprodução do ser social. O novo Estado nacional, por isso, está ligado à nova forma de exploração econômica.

A análise de Tilly trata da formação dos Estados nacionais, não da formação do capitalismo. Talvez por isso seus argumentos sobre a historicidade do modo de produção



capitalista não sejam tão convincentes como sua percepção histórica do Estado. E o que se quer demonstrar neste ponto é justamente a relação entre a excepcionalidade histórica do Estado nacional e a do capitalismo.

Dois aspectos merecem ser discutidos na avaliação de Tilly sobre o capitalismo. O primeiro deles se traduz no seguinte comentário do autor: “os capitalistas muitas vezes existiram na ausência do capitalismo (...). O próprio capitalismo chegou tarde na história do capital” (Tilly, 1996, p. 64). O que transparece do trecho citado é a crença do autor de que o capitalismo, de alguma forma, sempre existiu e que sua emergência como sistema dominante dependeu apenas da superação de determinadas barreiras. O que equivale a dizer que o capitalismo sempre esteve contido em todas as formações sociais desde o surgimento da humanidade e que as relações capitalistas permaneceram em estado latente ou sobreviveram nos interstícios dos outros modos de produção, aguardando a remoção das barreiras para prevalecer. Seu desenvolvimento foi obstruído durante toda a história e a simples remoção dos obstáculos que se opunham a ele foi o que permitiu seu livre desabrochar.

Ora, essa visão realmente não combina com a análise que o próprio Tilly faz do Estado nacional como exceção em vez de regra. É o que podemos ver na pergunta que ele mesmo nos faz: “O que explica a grande variação, no tempo e no espaço, entre os tipos de estados que predominaram na Europa a partir de 990 d.C., e por que os estados europeus acabaram convergindo em variantes distintas do estado nacional?” (idem: 119) Ao que o próprio autor nos responde mais adiante: “A guerra proporcionou uma vantagem militar aos Estados que conseguiram recrutar forças militares amplas e duradouras junto às suas próprias populações, os quais se converteram em Estados cada vez mais nacionais” (idem). Onde Tilly fala de “vantagem militar”, também poderíamos ler “vantagem material”.

O segundo ponto problemático no argumento de Tilly diz respeito ao modelo analítico em o autor relaciona as cidades e o capital como se este fosse fruto daquelas. O problema dessa associação surge da noção de que o mero desenvolvimento das cidades seria capaz de despertar o modo de produção capitalista e garantir sua predominância. A conclusão lógica é a de que o capitalismo teria surgido na Europa porque ali o desenvolvimento do comércio se beneficiou da inexistência relativa de limitações às práticas econômicas urbanas. Como se fosse preciso apenas uma relativa expansão

quantitativa do comércio e das cidades (e não uma mudança qualitativa nas relações sociais) para que se desencadeasse o desenvolvimento do capitalismo.

Talvez o corretivo mais salutar para tais pressuposições – e suas implicações lógicas – seja o reconhecimento de que o capitalismo, com todo o seu impulso específico de acumular e de buscar o lucro máximo, nasceu não na cidade mas no campo, num lugar muito específico, e tardiamente na história humana (Wood, 2000: 5).

A diferença essencial entre as sociedades capitalistas e as pré-capitalistas está nas relações de propriedade entre produtores e apropriadores, não no fato de a produção ser urbana ou rural. A unidade das diferentes indústrias capitalistas está na forma dominante de apropriação do excedente por meios puramente econômicos. A expropriação do produtor direto torna menos necessário o uso de poderes políticos coercitivos para a extração de excedentes. É isso que significa dizer que o capitalista tem poderes econômicos, e não extra-econômicos, de exploração.

Alguns eventos históricos merecem ser destacados a fim de ilustrar o argumento. A transformação das relações sociais de propriedade estava firmemente enraizada no campo, e a transformação do comércio e da indústria ingleses foi, como defende Wood, mais resultado do que causa da transição capitalista na Inglaterra (idem). Condições históricas muito específicas na Inglaterra do século XVI permitiram que as relações de propriedade passassem a ser praticadas sob novos imperativos. Segundo Wood, dois fatores foram importantes nesse processo. O primeiro foi o Estado forte e centralizado sob a monarquia. A Inglaterra já havia percorrido um longo caminho no sentido de eliminar a fragmentação feudal do Estado. O segundo foi a grande concentração fundiária nos campos ingleses.

Esses fatores geraram condições para o que faltava às classes apropriadoras rurais em meios coercitivos (devido à centralização do poder político), sobrasse em termos de poder econômico para extração de excedentes (devido à grande concentração de terras). A partir daí, a economia inglesa, “levada pela lógica do seu setor produtivo básico, a agricultura, estava operando de acordo com princípios e com ‘leis do movimento’ diferentes daqueles que prevaleceram em qualquer outro período histórico” (idem: 9).

Os produtores diretos, arrendatários e donos das terras tiveram que se adaptar à mediação do mercado para colocar os produtos à venda e conseguir os meios de subsistência. Os cercamentos e a abolição da propriedade comunal criaram novas condições

de reprodução social, baseadas na competição e na necessidade de aumento da produtividade. Na Inglaterra, onde a riqueza ainda derivava predominantemente da produção agrícola, a auto-reprodução dos agentes econômicos do setor agrário – produtores diretos e apropriadores do excedente produzido por eles – ficou, do século XVI em diante, cada vez mais dependente de práticas que podem ser consideradas capitalistas: a maximização do valor de troca por meio da redução de custos e pelo aumento da produtividade (Wood, 2001: 101). Disparou-se, involuntariamente, uma nova dinâmica capitalista enquanto, no conflito de classes, camponeses e senhores agiam no sentido de se reproduzirem tais como eram.

As novas relações de propriedade, suas conseqüências previstas e imprevistas, e os novos imperativos sociais se alastraram do campo para as cidades e pelo restante da sociedade inglesa através de diversos mecanismos, conformando uma situação única na história. Esses foram os antecedentes da formação do capitalismo industrial inglês. Em resumo:

A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países (...) e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra mostra-se em sua forma clássica (Marx, [1867] 1984: 263).

Todos, porém, como ressalta o próprio Marx, utilizaram o poder do Estado no processo de transformação do feudalismo para o capitalismo e para abreviar a transição. Na Inglaterra, porém, parece ter havido uma separação mais clara entre os poderes políticos coercitivos do Estado e os poderes de apropriação da classe proprietária, cuja riqueza passou a derivar de formas “puramente” econômicas de exploração<sup>5</sup>.

Como conseqüência da consolidação de um Estado nacional centralizado, da mudança nas relações de produção e do início da organização produtiva mediada pelo mercado, nasce um “interesse nacional” inglês que é concomitantemente econômico e político, e “essa unidade se transforma numa força propulsora gigantesca e sem equivalente na história passada da acumulação do poder e da riqueza, uma força que ultrapassará as

---

<sup>5</sup> A vitória da chamada Revolução Gloriosa deu às classes proprietárias do campo e à sua representação no Parlamento inglês a condição de conduzirem novos “avanços” no sentido da expropriação dos camponeses através dos cercamentos e, conseqüentemente, do aumento do poder de extração de excedentes por meios “puramente” econômicos.

fronteiras nacionais da Inglaterra”, como reconhece Fiori (2005: 66). Depois disso, as demais economias nacionais foram sendo criadas “como respostas defensivas ou competitivas com relação à própria Inglaterra, já então vitoriosa no campo econômico (...) e no campo militar” (idem, 2004: 36).

A originalidade histórica do capitalismo aparece na dependência do mercado, tanto de produtores como de apropriadores, como o principal regulador da reprodução social. A riqueza na sociedade capitalista aparece na forma de mercadoria e toda mercadoria é produzida para o mercado. E foi apenas tardiamente na história que as relações de propriedade entre a classe que produzia e a que se apropriava foram transformadas e possibilitaram o surgimento de uma estrutura política que permitisse que trabalho, terra e dinheiro, pela primeira vez na história, fossem incorporados ao mercado. Como também observou Polanyi, “anteriormente à nossa época, nenhuma economia existiu, mesmo em princípio, que fosse controlada por mercados” ([1944] 2000: 62).

A economia de mercado é uma estrutura institucional que nunca esteve presente a não ser em nosso tempo. Nesse padrão social, toda renda deve derivar da venda de alguma coisa e a produção pelo lucro toma o lugar da produção para subsistência. O aprofundamento das relações capitalistas acaba por submeter toda a sociedade ao padrão de mercado, colocando as relações sociais submetidas às relações econômicas. “Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” (idem: 76). Algo próximo do que Marx chamou de “fetichismo da mercadoria”.

Esse sistema único de dependência do mercado implica compulsões sistêmicas específicas que não existiram em nenhum outro modo de produção: “os imperativos da competição, da acumulação e da maximização do lucro” (Wood, 2001: 78). O que faz da compulsão a característica distintiva dominante do capitalismo. A força de trabalho, que sempre agiu na produção dos meios de subsistência, tornou-se mercadoria. Essa transformação sujeitou toda a vida humana, que foi submetida ao mercado no seu caráter mais essencial, e isso representou uma mudança para a organização de toda a sociedade. “Em nenhum outro sistema de produção o trabalho é tão completamente disciplinado e organizado, e nenhum outro modo de organização da produção responde tão diretamente às exigências da apropriação” (Wood, 2003: 46).

Polanyi corretamente observou que, não obstante diversas sociedades pré-capitalistas incluíssem em sua dinâmica o mercado, em nenhuma delas essa instituição foi determinante na reprodução social. Até o final da Idade Média, os mercados não desempenhavam papel importante no sistema econômico, prevaleciam outros padrões institucionais. Somente os mercados internos *nacionais*, um fenômeno tardio na história europeia, passaram a ser conduzidos pela lógica da competição. Não havia um mercado unificado no qual as pessoas obtivessem lucro não através da compra e revenda por um preço mais elevado, mas através de uma produção a melhores preços num processo competitivo dentro de um mesmo mercado.

O mercado interno integrado tampouco foi apenas uma ampliação quantitativa do fluxo comercial esparso que o antecedeu, foi produto, como bem argumentou Polanyi, de um arranjo político que se consolidou sob a supervisão do poder de Estado.

As novas condições de produção e apropriação também estabeleceram os parâmetros para novas e mais eficientes formas de expansão extraterritorial. A expansão imperialista respondeu ao surgimento de novas necessidades no âmbito das economias capitalistas, como a busca de mercados e de insumos, o que deu nova forma às disputas geopolíticas. Esse processo tem expandido seu alcance das relações entre classes exploradas e exploradoras às relações de subsunção entre países hegemônicos e países subordinados, nas quais o Estado nacional burguês desempenha um papel essencial, por representar interesses da classe dominante e por se constituir, ele próprio, num agente apropriador em busca de um poder cada vez maior de extração de excedentes em um sistema mundial competitivo.

### ***A competição interestatal***

O ponto de vista considerado nesta seção trata o Estado, através de sua ação no campo político-militar, como a entidade responsável pela forma especificamente capitalista de extração de excedentes que se consolidou na Europa Moderna e que depois se expandiu para as outras partes do mundo. Fiori (2007: 24) observa que a guerra, a moeda e o comércio sempre existiram, mas ressalta que “a originalidade da Europa (...) foi a forma em que a ‘necessidade de conquista’ induziu e depois se associou com a ‘necessidade de lucro’”.

Se o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção consiste na pré-história do capitalismo, como Marx definiu a acumulação primitiva de capitais, “os ‘Estados-economias nacionais’ foram o produto final da acumulação de poder e riqueza que ocorreu antes da chegada do século XVI” (idem: 27). Isso equivale a dizer que os Estados e economias nacionais foram engendrados de acordo com uma lógica pré-capitalista e respeitando os imperativos internos das relações sociais vigentes. A partir daí, sua dinâmica deu condições ao surgimento de uma outra forma de produção, acumulação e apropriação de excedentes, em suma, ao modo de produção capitalista. O processo de formação dos “Estados nacionais” seria o equivalente na esfera política ao que a acumulação primitiva de capitais representou para a esfera econômica. Essa “acumulação primitiva de poder” foi base para a posterior expansão imperialista extraterritorial.

Essa reflexão nos conduz a um caminho teórico que busca explicar a complementaridade político-econômica de um sistema pela combinação do poder político-militar dos Estados nacionais com os movimentos de expansão internacional dos capitais nacionais. O resultado disso é a formação, pela primeira vez na história, de uma economia global e um mercado mundial. Isso traz à tona a questão da competição interestatal no desenvolvimento do capitalismo, o que significa entender que a disputa entre as nações por áreas de hegemonia tem papel essencial na consolidação do que Fiori chama de “o poder global”, ou seja, o “sistema econômico e político mundial que nasceu no século XV como uma projeção ‘extraterritorial’ do poder europeu” (idem: 44) por força das suas armas e economias nacionais.

Essa visão nos dá o entendimento de que os fluxos de capital no sistema mundial capitalista respondem ao jogo de forças dos Estados nacionais mais poderosos militar e politicamente. E que mesmo as querelas “puramente” econômicas entre regiões, blocos e países não se fazem sem considerações sobre a disputa pela hegemonia e o respaldo das relações políticas entre os Estados nacionais. O capital se internacionalizou, como anteviu Marx, e a conquista e monopolização de novas posições de poder político e econômico seguiram sendo a mola propulsora do sistema. (idem: 28). A disputa econômica em nível global é, sem disfarces, disputa pelo poder de extrair excedentes em escala mundial.

A história do sistema interestatal capitalista começa justamente no momento de consolidação dos “Estados-economias nacionais” europeus (idem: 14) e implica um

desenvolvimento complementar que envolve a centralização das decisões políticas e a mercantilização das economias nacionais. Essa análise evidencia que o comércio sempre existiu em todos os tempos e regiões do globo, mas sua tendência foi sempre a de manter-se no nível das necessidades imediatas e do lucro comercial. Foi o poder político, não o desenvolvimento endógeno das trocas, que deu origem aos mercados nacionais.

A economia nacional é um espaço político que foi transformado pelo Estado, em virtude das necessidades e inovações da vida material, num espaço econômico coerente, unificado, cujas atividades passaram a se desenvolver em conjunto numa mesma direção. (Braudel *apud* Fiori 2005, p. 65).

Ainda sob esse aspecto, acrescenta Fiori:

A força expansiva que acelerou o crescimento dos mercados e produziu as primeiras formas de acumulação capitalista não pode ter vindo do ‘jogo das trocas’ ou do próprio mercado, nem veio, nesse primeiro momento, do assalariamento da força de trabalho. Veio do mundo do poder e da conquista, do impulso gerado pela acumulação de ‘poder’ (Fiori, 2007: 16).

Segundo o autor, a precedência do poder sobre a produção da riqueza é evidente no período pré-capitalista, mas, permanece mesmo depois do processo de privatização do poder político de exploração econômica do capital. A argumentação busca coerência no fato de que com o crescimento do capital, cresce a autonomia dos mercados e o papel da competição intercapitalista, mas também aumenta o papel do poder político na expansão globalizante dos capitais nacionais, na administração das crises financeiras, na inovação tecnológica e na função do gasto público e do crédito como indispensáveis à expansão das economias nacionais<sup>6</sup>. Como dito anteriormente, não é intenção deste trabalho discutir a precedência do político sobre o econômico ou o contrário. Basta-nos aqui ter em mente a importância central do Estado nacional no sistema mundial capitalista.

---

<sup>6</sup> Essa visão do papel decisivo da competição entre os Estados no desenvolvimento do capitalismo está em linha com o pensamento de Max Weber, que assegura que “em última análise os processos de desenvolvimento econômico também são lutas de dominação” (*apud* Fiori, 1999: 52) e que “foi o Estado nacional bem delimitado que proporcionou ao capitalismo a sua oportunidade de desenvolvimento” (idem). É importante ressaltar que a visão de Weber sobre o surgimento do capitalismo (mesmo em seu argumento sobre a “ética protestante”) abre espaço para uma abordagem que naturaliza o capital. Sobre o assunto, ver Wood (2003).

Além da compulsão à produção e troca em nível individual, em que a riqueza de cada indivíduo é parte alíquota da riqueza social, o capitalismo inaugura também a compulsão à produção e a competição econômica em níveis interestatais. A riqueza e o poder de cada nação são partes alíquotas da riqueza e do poder globais, o que faz com que todas elas se vejam lançadas por forças sistêmicas e de autopreservação a uma pressão competitiva em nível mundial. Essa pressão sistêmica também está presente no argumento de Tilly quando diz que “outros estados – e eventualmente todo o sistema de estados – influenciaram intensamente a trajetória de mudança seguida por algum estado particular” (Tilly, 1996: 75). Em síntese, pode-se dizer a partir disso que as primeiras “economias nacionais” nasceram como uma estratégia de disputa pelo poder e depois se transformaram numa imposição do sistema político interestatal, cuja regra número um era a continuidade e a intensificação permanente da competição político-militar-econômica (Fiori, 2005: 67).

É importante destacar que Fiori aponta uma circularidade lógica na argumentação de Tilly sobre a precedência da expansão territorial sobre a guerra. Para Fiori, “a guerra não pode ser vista como uma consequência da expansão territorial [como quer Tilly], pelo contrário, ela tem que ser vista como a causa do próprio movimento de expansão” (2004: 25). A guerra se estabelece como força propulsora da expansão territorial pela insegurança sistêmica entre os territórios. “A mera preservação da existência social exige, na livre competição, uma expansão constante. Quem não sobe cai” (Elias *apud* Fiori, 2004: 26).

A ligação entre as esferas da política e da economia é feita, nesse sistema de poder que induz o aumento da produtividade, através da cobrança dos tributos. O tributo pago pela população estabelece uma divisão clara entre os que produzem excedentes e os que se apropriam deles. Logo, a existência de Estado implica a existência de classes. E essa ligação implica ainda que o Estado, como meio de apropriação de excedentes, acaba atuando também, de uma forma ou de outra, como um meio de distribuição da riqueza.

O tributo sempre foi um ato fundamental para a reprodução do poder do soberano no período pré-capitalista. Para o Estado, a reprodução da riqueza e do poder estava ligada à capacidade de tributar. Marx nos lembra aqui que “o poder de um senhor feudal, como o de todo soberano, não se baseava no montante de sua renda, mas no número de seus súditos, e este dependia do número de camponeses economicamente autônomos” ([1867]



1984: 264). O poder de tributar significa a reprodução do próprio poder e a acumulação de riqueza.

Quando o produto do trabalho converte-se em mercadoria (...), pode uma parte do produto do trabalho da sociedade, na forma monetária do imposto, manter economicamente o Estado e possibilitar que este crie um exército de mercenários e um corpo de funcionários pagos com o dinheiro que o torne independente do vínculo feudal (Bauer *apud* Oliveira, 2004, p. 104).

A monetarização dos tributos criou um elo direto entre a acumulação de poder e o aumento do excedente. Além disso, a dívida pública – que, para Marx, desempenhou papel decisivo na acumulação primitiva de capitais –, representa, para Fiori a união das esferas da guerra e das finanças, do poder e do dinheiro, transformando-se num instrumento capaz de dar conta da crescente necessidade de recursos das classes apropriadoras. “Forja-se, desde então, uma complementaridade de visões e interesses cada vez maior entre os poderes territoriais expansivos e os detentores da riqueza líquida de que necessitavam os soberanos” (Fiori, 2004: 30).

A luta por hegemonia no plano geopolítico funcionou como o principal indutor do aumento da produtividade do trabalho e da terra. O poder dos soberanos passou a ser medido em termos de territórios, população subjugada (capaz de gerar mais excedentes) e dinheiro. A produção e a riqueza interna de cada país passaram a ser uma condição de seu poder internacional. Ao Estado nacional coube, a partir de então, apoiar os capitais nacionais e impedir o avanço dos rivais, sob pena do seu próprio enfraquecimento relativo no cenário geopolítico. Assim, fica cada vez mais difícil que algum capital individual ou blocos de capitais nacionais expandam-se para fora das fronteiras nacionais sem contar com o apoio ativo dos Estados.

Dessa forma, tanto a ampliação ou mudança na hierarquia dos países do centro quanto o crescimento acelerado e mesmo a diminuição significativa do atraso relativo dos países da periferia são processos que pouco ou nada têm de automáticos ou naturais e dependem, fundamentalmente, de estratégias internas de desenvolvimento dos Estados nacionais. (Medeiros & Serrano, 1999: 120).

### ***Considerações finais***

O Estado, que por sua própria natureza implica distribuição de excedentes entre produtores diretos e não-produtores, pode ter surgido como uma forma de aumentar a produção de excedentes. Como tal, teve a responsabilidade de ser, possivelmente, o primeiro organizador consciente da produção em grande escala. Assim como a organização do Estado nacional não foi fruto de um projeto conscientemente orientado, mas resultado de uma série de eventos históricos de cada época e região, o modo de produção capitalista surgiu a partir de condições históricas específicas e que tomaram corpo com o decorrer da interação entre as classes e entre regiões geográficas. Por mais livre que o capital transite no mundo globalizado, ignorando as fronteiras territoriais, a verdade é que ele ainda depende de seu suporte local, principalmente aquele proporcionado pelos Estados nacionais (Wood, 2003b: 49).

A originalidade histórica do capitalismo e dos Estados nacionais nos leva a considerar ainda que mesmo na Inglaterra, o sucesso do capitalismo originário esteve relacionado ao sucesso do Estado nacional inglês. E sem o capitalismo inglês, sem que as pressões competitivas levassem as demais soberanias européias a seguir o curso da Inglaterra industrializada, possivelmente não se teria desenvolvido nenhum outro capitalismo. Tampouco podemos dizer que o produto necessário da dissolução do feudalismo foi o capitalismo. Na França, por exemplo, as relações de propriedade no campo para extração de excedentes não exigiu originariamente o aumento da produtividade, como no caso inglês. Outro ponto importante é a compreensão de que a violência não foi mera coadjuvante nesse processo. O capitalismo pressupôs, como continua pressupondo, o uso de instrumentos políticos e coercitivos para manter o equilíbrio do sistema mundial.

As duas últimas seções do trabalho trataram o capitalismo e o Estado nacional de maneira distinta. Não apenas a hierarquização das esferas política e econômica é deslocada, mas algumas consequências lógicas dos argumentos apresentados levam a diferentes conclusões a respeito da originalidade histórica da formação social em questão.

Por mais que a análise por meio da competição interestatal seja esclarecedora ao abordar a centralidade da disputa política entre as economias capitalistas nacionais como estímulo para a competição econômica internacional e os imperativos sistêmicos que daí decorrem (inclusive sobre a importância de deter e exercer o poder de coerção em escala

internacional), um ponto dessa argumentação parece falho para o propósito desse trabalho e merece ser destacado.

Entender as guerras como a origem do sistema de Estados que culminou no capitalismo resulta na compreensão de que foi o Estado nacional que proporcionou ao capitalismo a oportunidade de existir, que antes era obstruída ou limitada. Uma vez que o Estado nacional se consolidou, ao longo de um processo ao mesmo tempo original e cumulativo de centralização de poder em determinadas regiões européias, o capitalismo encontrou meios de prevalecer sobre as demais formas de extração de excedentes. “O ‘jogo das guerras’ poderia ter tido vários ‘encaminhamentos’ ou resultados diferentes” (Fiori, 2004: 22), mas, a partir da vitória dos Estados nacionais, parece não ter havido outro caminho para o “jogo das trocas” a não ser o capitalismo. A mudança qualitativa presente na esfera política não é acompanhada por uma mudança qualitativa na esfera econômica e o surgimento do capitalismo, com toda sua originalidade histórica, não é explicado, mas assumido. Essa argumentação, apesar de negar explicitamente o que Smith chamou de propensão natural dos seres humanos à troca, assume algo como uma propensão natural dos Estados à guerra, o que levou inexoravelmente a um aumento da produtividade e ao desenvolvimento do capitalismo.

Desse ponto de vista, há um salto não explicado da originalidade dos Estados nacionais para a formação de uma economia nacional capitalista, que é diferente de todas as formas anteriores de reprodução social. A mediação social específica do capitalismo acontece por meio do mercado. Isso nunca existiu antes e é o ponto que precisa ser explicado. Uma outra ressalva merece ser feita no sentido de que uma interpretação que identifique a história do capitalismo à história da competição interestatal pelo poder deixa pouco ou nenhum espaço para a atuação popular, já que o destino da humanidade seria decidido em instâncias supranacionais como “sistema mundial”, longe da interferência dos indivíduos e com diminuta participação das classes.

A perspectiva da originalidade histórica do capitalismo entende que as condições materiais do novo modo de produção (oriundo de transformações *qualitativas* na esfera da produção, apropriação e mediação social) precisaram de uma organização política, também específica, que fosse compatível com a nova forma de extração de excedentes e os

imperativos individuais e sistêmicos daí resultantes. E foi essa forma específica de poder que autorizou a nova legalidade econômica na Inglaterra.

Voltando ao fio condutor da análise, se o Estado nacional venceu, como afirma Tilly, não venceu sozinho, mas ligado ao novo sistema de exploração e apropriação de excedentes, o capitalismo. O que nos leva a pensar que a questão da superação do capitalismo não pode ser discutida sem considerar a centralidade do poder de Estado e sua influência na dinâmica social. Na divisão de tarefas entre a classe propriamente capitalista e o Estado nacional burguês, cabe a este exercer o momento coercitivo da dominação econômica daquela. Isso coloca o próprio Estado como o ponto central da concentração de poder na sociedade. Fazer do Estado um agente da emancipação humana é, portanto, condição imprescindível para a superação do atual modo de exploração.

## ***Referências bibliográficas***

FIORI, J. L. Estados, moedas e desenvolvimento. In: FIORI, J.L. (org.), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999

\_\_\_\_\_. Formação, expansão e limites do poder global. In: FIORI, J.L. (org.), *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. Sobre o poder global. *Novos estudos*, n. 73, p. 61-72, nov. 2005.

\_\_\_\_\_. *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *O Capital*, livro I, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, [1867] 1984.

MEDEIROS, C. e SERRANO, F. Padrões monetários internacionais e crescimento. In: Fiori, J. L (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes: 1999.

OLIVEIRA, C. A. B. de. *Processo de industrialização do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: Unesp, 2003.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, [1944] 2000.

TILLY, Charles. *Coerção, capital e estados europeus: 990 – 1992*. São Paulo: Edusp, 1996.

WOOD, Ellen M. As origens agrárias do capitalismo. *Crítica Marxista*, n. 10, p. 12-29, jun. 2000.

\_\_\_\_\_. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: 2001.

\_\_\_\_\_. *Democracia contra capitalismo - a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. O que é (anti)capitalismo? *Crítica Marxista*, n. 17, p. 37-50, nov. 2003b.